



Adoção transnacional e humanitarismo: Resgate ou Rapto?¹

Claudia Fonseca, UFRGS

Diana Marre, UAB

Ao final de outubro em 2007, a história dos “órfãos de Darfur”² - uma centena de crianças, de um a dez anos de idade, “raptadas” dos seus lares do oeste africano por membros de uma ONG francesa com o sugestivo nome de Arca de Zoé – foi estampada nas manchetes dos principais jornais no Brasil. Desde então, até o início de janeiro, nos diários e nas grandes redes de televisão, brasileiros acompanharam o destino dos principais agentes sendo presos (no aeroporto de Chade em que estavam embarcando), julgados e condenados a sete anos de trabalhos forçados antes de serem extraditados de volta à França. Os jornalistas citaram boatos de que as crianças, atraídas pela promessa de uma vida melhor, eram de fato destinadas ao tráfico de transplantes de órgãos ou à pedofilia. No mínimo, as crianças seriam “vendidas” por altos preços a famílias francesas e belgas. Assim, não foi surpreendente aprender que “milhares” de sudaneses se uniram em Cartum para protestar contra a ameaça europeia às suas crianças ou que, em dezembro, cidadãos do Chade (onde os julgamentos ocorreram) estavam aglutinados à porta da embaixada francesa reclamando punição exemplar para todos os envolvidos. Alguns meses antes do incidente, o presidente da Arca de Zoé anunciara que a sua organização, através da “Operação de Resgate de Crianças” (Operation Children’s Rescue), estaria salvando até dez mil órfãos, vítimas da guerra darfur-sudanesa, da fome e provavelmente da morte precoce. Contudo, após as prisões de

¹ El presente trabajo se basa en Fonseca, Claudia, Marré, Diana y San Román, Teresa (2015). Child Circulation in a globalized era: anthropological reflections. En Ballard, R. et al., eds., *The Intercountry Adoption Debate: Dialogues Across Disciplines* (pp.157-192). Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing; Fonseca, Claudia (2011). *Tecnologias de família, governo e humanitarismo em um mundo globalizado*. BIB, São Paulo, 72, 7-39 y Fonseca, Claudia (2009). *Transnational negotiations of the mechanisms of governance: regularizing child adoption*. *Vibrant*, 6/1.

²As aspas são para frisar o fato de que – como os jornalistas logo descobriram – a maioria das crianças envolvidas no incidente não eram órfãs, nem eram provenientes de Darfur.

outubro, poucos ainda acreditavam neste alegado altruísmo. Um porta-voz da UNICEF destacou que as atividades da organização tinham transcorrido em flagrante violação d Convenção Internacional de Haia sobre adoção internacional.

O incidente dos órfãos de Darfur é de certa forma paradigmático do tema que propomos discutir nos parágrafos a seguir: se a adoção (em particular, transnacional) de crianças pode ser entendida melhor como ajuda humanitária ou como rapina colonialista. Essa controvérsia, como veremos, já tem longa história, sendo reconfigurada em diferentes situações. Traremos aqui uma visualização dos debates na história recente a partir do trabalho de pesquisadores da história e das ciências sociais. Pretendemos demonstrar que, seja qual for o momento -- de pacificação colonialista, de guerra fria ou de reprodução estratificada --, o sentido das políticas de intervenção envolvendo o deslocamento de crianças é quase sempre o foco de disputas políticas acirradas. Desenvolvemos a hipótese de que existem questões de desigualdade estrutural que subjazem essas disputas e que os argumentos que povoam a discussão dependem em grande medida do ponto de vista do produtor de conhecimento – se este se posiciona mais próximo à família e ao país de “doadores”, ou à família e ao país dos “recebedores” das crianças. Por fim, trazemos a “voz” dos próprios adotados, surgida só muito recentemente no cenário de debate político e acadêmico, não para fechar a discussão, mas para complicar qualquer suposição simplista sobre as intervenções humanitárias no cenário atual.

Violência, desigualdade e a proteção de crianças

As histórias sobre a “salvação” de crianças ameaçadas por situações de violência ou grande pobreza não são novas. Durante as primeiras décadas do século XX, milhares de crianças espanholas, fugindo da guerra civil, foram levadas para famílias e instituições em zonas mais seguras (Marre e Briggs, 2009, Devillard *et al.*, 2001); a juventude judaica foi exportada de zonas sob ameaça do imperialismo de Hitler (Harris e Oppenheimer, 2000; Wang, 2008); e crianças inglesas foram embarcadas para a América do Norte ou para qualquer outro lugar em que

pudessem escapar dos bombardeios da Segunda Guerra Mundial³. Contudo, como alguns pesquisadores têm ressaltado, essas ações solidárias não tinham as mesmas implicações que a adoção traz hoje. Famílias acolhedoras expressavam sua solidariedade recebendo os jovens pelo tempo que fosse necessário. Ninguém esperava que a criança assumisse a identidade da sua nova família, nem que adotasse a religião, a nacionalidade e a cultura de seu novo país. A expectativa (o que todos os envolvidos deviam aceitar) era que, depois de um período morando com suas famílias de acolhimento, as crianças fossem “repatriadas” – devolvidas aos seus lares originais (Dubinsky, 2010).

Nas narrativas usuais do campo da adoção, os primórdios da adoção transnacional tal como a conhecemos hoje remontam só até os anos 1950, durante a Guerra da Coreia, com a rejeição coreana dos filhos mestiços nascidos de mulheres de soldados norte-americanos. Em torno dessa época, a convergência de numerosos fatores (a aceleração da Guerra Fria, o avanço das forças de Mao Tsé-Tung na China, a revolução cubana etc.) levou, especialmente nos Estados Unidos, a campanhas – com frequência de inspiração evangélica e anticomunista – visando “resgatar” as crianças vistas como rejeitadas ou correndo sérios perigos morais e físicos no seu país original. Num primeiro momento mais tímido, a ajuda não significava necessariamente um deslocamento geográfico. Briggs (2012) descreve a “iconografia visual do resgate” que começou a circular nos anos 1950 em revistas semanais – fotos de crianças raquíticas de pele escura, por vezes em trajes exóticos – publicadas por organizações de caridade, visando angariar contribuições financeiras para orfanatos no “Terceiro Mundo”. Mas a guerra ideológica parecia exigir um esforço mais radical.

Foi em nome da superioridade dos países “livres” que, durante os primeiros anos do regime de Fidel Castro, órgãos evangélicos norte-americanos, junto com a estação de rádio Voice of America, conseguiram persuadir pais cubanos a enviar seus filhos para famílias substitutas nos Estados Unidos (entre 1961 e 1962, mais de 14 mil jovens de até 16 anos de idade saíram desacompanhados de Havana para serem “salvos” do comunismo). O mesmo espírito inspirou os esforços de Pearl Buck para organizar orfanatos e adoções que levavam crianças chinesas aos

³ Historiadores críticos lembram que, sob a influência de uma acirrada política anti-imigração, o governo dos Estados Unidos impôs sérias limitações à acolhida de refugiados da Segunda Guerra Mundial (ver Briggs, 2012; Dubinsky, 2010).

Estados Unidos. Nessas intervenções, o tom não era mais de solidariedade com as famílias originais e, sim, com as crianças isoladas de suas famílias. Em vez de abrigar temporariamente um pequeno refugiado, as pessoas propunham “salvar” a criança pela adoção – garantindo a transferência permanente e irreversível da criança para a nova família (Briggs, 2012; Dubinsky, 2010; Briggs e Marre, 2009).

Entretanto, aos poucos, a dádiva envenenada de ajuda a mão única (Fassin 2012) passou a provocar, entre os países “doadores” de crianças, nacionalismos feridos. Foi em nome da “honra nacional”, já no final dos anos 1980, que países “fornecedores” de crianças começaram a reagir contra a adoção transnacional (Abreu, 2009; Khabibullina, 2009; Yngvesson, 2010)³. Foi também nesse processo que a criança recebeu o carimbo de identidade nacional – “coreana”, “indiana” ou “colombiana” – com destaque ao seu valor enquanto “recurso” que o seu país de origem estava perdendo para sempre.

Desde o início do *boom* de adoção transnacional (anos 1980), a maior parte de escândalos midiáticos e de indignação internacional foi concentrada no “tráfico” de crianças por empreendedores do setor privado (advogados e outros intermediários) (Zellizer, 1985; Fonseca, 2006). Registram-se histórias –algumas mais documentadas do que outras – de “máfias”, envolvendo agentes em países como Índia, Peru e Guatemala, que cobram mais de 30 mil dólares por adoção. Essa indústria extremamente lucrativa de adoção inspira empreendedores a cometer inúmeras violações de direitos e atos ilegais – além do rapto de crianças, a falsificação de documentos e o suborno de funcionários etc. Grupos organizados por ativistas nos países “fornecedores” – Pro-Búsqueda (El Salvador), Sobreviventes (Guatemala), FIND (México) – revelam o lugar central ocupado nesses esquemas por advogados e agências de adoção dos países “receptores” – especialmente da América do Norte (Briggs 2012). Em tempos mais recentes, vários episódios – o incidente “Arca de Zoé” no Sudão, a adoção por Madonna (cantora *pop*) de uma criança malawi e a adoção pela atriz Angelina Jolie de crianças oriundas do Camboja, do Vietnã e da Etiópia – foram muito comentados na mídia, atestando os perigos da circulação transnacional de crianças em um mundo de desigualdades radicais. Não obstante os longos debates sobre a legalidade/ilegalidade desses episódios, eles colocam em destaque a fronteira

tênue entre “resgate” e “tráfico” – fronteira que assombra as políticas de proteção infantil há muito tempo.

As motivações do resgate: do processo civilizatório à escassez de bebês

O “sequestro” ou “apropriação” de crianças representa o lado escuro dessa história. Da evacuação forçada de crianças durante as guerras civis na Espanha e na Grécia à arregimentação de crianças na União Soviética stalinista, os historiadores documentaram o uso arbitrário do poder estatal na remoção de crianças de seus lares (ver, p. ex., Marre e Briggs 2009, Voutira e Brouskou, 2000). O caso das crianças sequestradas pela ditadura argentina dos anos 1970 e 1980, trazido ao conhecimento do mundo pelas Madres/Abuelas de la Plaza de Mayo, destaca os abusos que podem ocorrer quando regimes totalitários mediam os procedimentos de adoção (Regueiro, 2010; Villalta, 2011, 2012). Comissões de Verdade, ao investigarem as guerras civis que devastaram El Salvador e Guatemala, também constataram como o rapto de crianças podia ser uma tática sistemática de guerra perpetrada contra a população civil pelos governos militares (Briggs, 2012).

Na Austrália, no Canadá e nos Estados Unidos, a interferência violenta nas famílias indígenas, em nome de um processo civilizatório já foi amplamente documentada. A política assimilacionista, promovida por sucessivos governos engrossou o contingente de *natives* vivendo na miséria tanto nas reservas quanto nos bolsões de pobreza urbana. Até meados do século XX, dezenas de milhares de crianças nativas, retiradas de suas famílias “inadequadas”, tinham sido enviadas para viver ou em pensionatos ou em famílias brancas de classe média para receber o devido sustento e educação⁴. Historiadores apelidaram este período de “*baby scoop*” (captura de bebês) no Canadá, e de “geração perdida” de crianças aborígenes nos Estados Unidos e na Austrália (Dubinsky, 2010; Briggs e Marre, 2009; Modell, 1998; Ferreira, 2000).

A história das crianças negras segue uma linha muito semelhante. Pessoas em dificuldade tinham sido relativamente ignoradas pelos serviços públicos até os anos 1960, quando, indo de encontro

⁴ Levantamentos nos Estados Unidos dos anos 1970 estimam que mais de um terço das crianças indígenas foram retiradas de suas famílias originais para serem criadas em instituições, em famílias de acolhimento ou em famílias adotivas (Briggs, 2012, p. 90).

aos avanços do movimento por direitos civis, conservadores elegeram a sexualidade da mulher negra como emblema de primitivismo e irresponsabilidade reprodutiva. Durante os anos 1960 e 1970, não só os cofres federais passaram a esterilizar até meio milhão de mulheres pobres por ano, como o sistema de acolhimento familiar (*foster homes*), que, durante cinquenta anos abrigara crianças principalmente brancas, “preteou”.

Ao longo dos anos 1970, graças em grande medida à expansão dos movimentos de direitos civis das minorias, foi possível desacelerar, senão estancar, a transferência de crianças “de cor” para famílias e instituições da nação branca. O *lobby* particularmente bem organizado, liderado pela Associação Nacional de Trabalhadores Sociais Negros (NABSW), conseguiu promover uma série de orientações cunhadas para afirmar as práticas particulares da família negra – promovendo o apoio financeiro a mães solteiras, o repúdio de medidas coercitivas de controle de natalidade, o direito preferencial dos avôs no caso de crianças colocadas em famílias substitutas e (o item mais controverso) a condenação de adoções transraciais, vistas como uma “forma de genocídio”. O Indian Child Welfare Act (Ato do Bem-Estar das Crianças Indígenas) aprovada pelo congresso americano em 1978 – veio se juntar ao espírito da época, visando melhorar as condições para as crianças nas suas comunidades *originais*.

Entretanto, com a era Reagan (anos 1980), se inicia uma nova filosofia neoliberal de governo que, em pouco tempo, provocaria um ritmo de destituição parental das famílias negras e indígenas mais alto do que nunca. A derrota de visões feministas para a transformação do trabalho doméstico resultou numa “privatização cada vez mais acentuada dos sistemas de cuidado” (Briggs, 2012, p. 262-263). A mãe pobre não tinha outra opção senão ficar em casa, dependendo da assistência pública para criar seus filhos. Ao mesmo tempo, o enxugamento do orçamento público exigia um corte no número de famílias assistidas que “abusavam” do sistema. Se, por um lado, o previsível aumento de pobreza de mães sozinhas provocava a saturação do sistema de abrigos públicos, por outro, existia agora “a solução neoliberal ideal para o sustento de crianças oriundas da miséria econômica”: a adoção (idem, *ibidem*, p. 124).

Mais ou menos na mesma época, uma confluência de fatores passou a produzir entre as camadas afluentes da América do Norte e da Europa ocidental a noção de um novo imaginário: o da “carência de filhos”. A nova conjuntura foi graças em parte ao feminismo, que diminuiu a censura

do livre exercício da sexualidade feminina. Ao mesmo tempo, as mulheres estavam entrando no mercado de trabalho, adquirindo a autonomia econômica que lhes permitiria arcarem sozinhas com a criação de filhos nascidos “fora do casamento”⁵. Meios eficientes de controle de natalidade também foram responsáveis pela a redução dramática do número de gestações indesejadas. O resultado foi o “escasseamento” de crianças disponíveis para adoção *nacional* (pelo menos, de bebês brancos) e a crescente necessidade de adotantes viajarem para longe para realizar seu sonho de família.

No países do “Norte”, onde a taxa de natalidade tem caído dramaticamente nas últimas décadas, a adoção transnacional frequentemente interessa a mulheres (e casais) que, por escolha, postergaram a gestação até uma idade mais avançada, quando é difícil de engravidar. Neste contexto, a adoção transnacional estaria funcionando como uma espécie de “terceirização do trabalho reprodutivo” (Marre, 2010). Não somente as mulheres podem postergar a maternidade até uma idade mais conveniente, elas também podem inaugurar sua maternidade com uma criança que não é uma recém-nascida, isto é, que não requer cuidados caros e intensivos em tempo integral. Embora algumas possam preferir uma maternidade medicamente assistida para ter “seu próprio filho”, outras expressam a preferência pela adoção por conta do preço ou do trabalho (corporal e de cuidados) menores (idem, ibidem). Assim, através do que pesquisadores denominam a “reprodução estratificada” (Colen, 1995), determinadas pessoas podem “escolher” um estilo original de vida reprodutiva à custa de outras que têm margem consideravelmente menor de escolha.

Trata-se de um efeito da desigualdade radical menos comentado do que o perigo do tráfico ou a necessidade de resgate. Entretanto, à medida que encontram entre pais adotivos – muito mais do que entre as famílias de nascimento – pessoas abastadas e com certa influência política, analistas sugerem que se devem explorar os possíveis vieses introduzidos por esse tipo de desigualdade nas próprias orientações oficiais e legais sobre adoção transnacional.

Silêncios nos fóruns de discussão

⁵ Nos Estados Unidos, a porcentagem de mães solteiras que entregavam seus filhos em adoção caiu de 9%, em 1973, a 3%, em 1988, sendo a queda mais acentuada entre mulheres brancas (Briggs, 2012).

Embora os “países fornecedores” de crianças geralmente contem com certa representação nos fóruns internacionais de adoção, certos assuntos cruciais ainda permanecem calados. Por exemplo, raramente aparece a voz das mães de nascimento – geralmente oriundas de minorias étnicas ou de setores sociais pobres. Muitas vezes, tacitamente vistas como portadoras de patologia psicológica ou social, elas quase nunca encontram espaço para influenciar gestores públicos (Briggs, 2012; Kendall, 2005; Fonseca, 2011; Högbacka, 2010; Cardarello 2007, 2009). Nesses fóruns, as “categorias esquecidas” incluem também as famílias adotivas **nacionais**. Fazendo prova de uma cegueira seletiva, profissionais nos países “fornecedores” louvam a generosidade dos adotantes estrangeiros ao mesmo que lamentam a falta de uma “cultura de adoção” nos seus próprios países (ver Briggs [2012] sobre Guatemala; Johnson [2004] sobre a China; Fonseca [2007] sobre o Brasil). Ironicamente, até nos USA, existem famílias acolhedoras e as cuidadoras informais -- afrodescendentes, mulheres solteiras, famílias extensas, pessoas de renda modesta – que há tempo integram nas suas vidas familiares crianças mais velhas, mais escuras e com problemas de saúde com a mesma “generosidade” demonstrada por adotantes estrangeiros. Entretanto, essas cuidadoras raramente têm voz nos debates sobre políticas nacionais e internacionais adoção (Modell 2002).

Aparentemente alheia às perspectivas divergentes, a voz majoritária nos fóruns internacionais é solidamente arraigada nas famílias *adotivas* e nas agências de adoção transnacional, em particular do hemisfério norte. Assim, não há nada surpreendente no fato de que a linguagem das políticas públicas continua aderindo a estereótipos tradicionais, projetando como ideal o modelo convencional de família (uma família nuclear de classe média, com autoridade exclusiva sobre o seu recém-nascido) e é essa linguagem que informa a hegemonia atual –em nível nacional tanto quanto internacional – “da ruptura limpa” na biografia da crianças, inscrita por lei na adoção plena (ver Fonseca 2009, 2011).

Olhares feministas e pos-colonialista: O humanitário se esvaece

Boa parte das análises sobre adoção transnacional – tanto no mundo acadêmico como na literatura para leigos – é produzida por pais adotivos nas nações “receptoras”, que trazem o viés de sua experiência pessoal. Não é, portanto, nada surpreendente que exista um tom salvacionista nessa literatura, que soa por vezes como manual de autoajuda para pais adotivos. Nos USA, por exemplo, uma primeira geração de literatura tendia a sublinhar o heroísmo dos pais adotivos, prontos a enfrentar tudo – até sacrificando seus próprios escrúpulos para subornar burocratas corruptos do “Terceiro Mundo” – em nome do “melhor interesse” do seu filho. Elizabeth Bartholet (1999), professora de Direito na Universidade de Harvard, é quem melhor reforça essa narrativa com uma prosa comunicativa e a legitimidade de ter passado pelos perigos físicos e emocionais de ter adotado duas vezes filhos no Peru. Basicamente ignorando as famílias de origem (um dos seus livros se intitula *Crianças de ninguém -- Nobody's children...*), Bartholet é advogada vocífera da liberalização de leis nacionais e internacionais de adoção, propondo varrer boa parte das restrições legais.

Frente ao *lobby* poderoso de adotantes afluentes e politicamente influentes, é compreensível que pesquisadores acadêmicos de uma primeira geração tenham elegido um alvo relativamente consensual de preocupação: o desafio, enfrentado por pais adotivos, de lidar com as “origens” de seu filho adotivo – origens que frequentemente representam uma diferença nacional, étnica e “de sangue” em relação ao resto da família. Nesses estudos, emerge a impressão de que, ao assumir uma criança etnicamente marcada (negra ou asiática) famílias na Europa e nos Estados Unidos afirmam sua própria fé em filosofias humanistas. Acolhendo o que veem como uma situação “multicultural” no seio da sua intimidade, pais adotivos encontram, individual e coletivamente, estratégias para reimaginar a “normalidade” de suas famílias. Howell (2006), por exemplo, descreve como as famílias norueguesas transformam o adotado em um “filho nosso”. Num tipo de transubstanciação da criança, os diferentes momentos do processo adotivo são associados a experiências de pré-gravidez, gravidez e nascimento. Ao mesmo tempo, pais adotivos descrevem numerosas táticas para valorizar a história pré--adotiva de seus filhos, incluindo práticas tais como doações coletivas a algum orfanato do país de origem, o planejamento de “viagens em busca de raízes” (*roots trips*) e a organização de “dias culturais”

que permitem às crianças com uma mesma origem de celebrarem juntas costumes do seu país natal. Nessas circunstâncias, “a cultura tomaria o lugar da raça” (Marre 2009: 237).

Ao longo dos anos 90, surge uma onda de análise que destoa das perspectivas entusiastas das primeiras gerações de literatura. Pesquisadoras inspiradas nos estudos pós-colonialistas e feministas, passam a sublinhar a violência e a desigualdade inerentes na maioria de adoções contemporâneas (ver, em particular, Briggs, 2012). Entre outras coisas, começa-se a perguntar exatamente como certas crianças se tornariam “disponíveis para adoção”. Briggs (2012), por exemplo, na sua análise da situação norte-americana, desenvolve um argumento convincente de como as categorias do “*crack baby*”, no caso de mulheres negras, e do “*fetal alcohol syndrome*”, no caso de mulheres indígenas, foram construídas (inclusive na literatura científica) para desqualificar determinadas minorias cujos filhos se tornariam convenientemente disponíveis à adoção. Mesmo classificações mais banais como “subnutrição” (no caso de uma criança) ou de “doença mental” (no caso dos seus pais) podem ser construídas como evidências aparentemente objetivas para justificar a rotulação de determinada família (ou cuidador) como “inadequada”. Leinaweaver (2009, p. 197), a partir de suas observações no contexto peruano, sugere que, em alguns casos, a avaliação profissional pode estar vestindo “em pele de cordeiro os lobos predadores do racismo e da desigualdade”. Em outras palavras, os critérios aparentemente neutros da burocracia estatal podem estar reforçando a perseguição contra famílias pobres e etnicamente discriminadas em vez de procurar maneiras de apoiá-las.

Nesse viés crítico, também passa a ser questionada a preferência de certos adotantes (particularmente na Europa e na América do Norte) por crianças estrangeiras. Alguns observadores sugerem que, nos Estados Unidos onde existe uma abundância de crianças locais disponíveis para a adoção, adotantes preferem ir ao estrangeiro não apenas com a esperança de encontrar um “bebê faixa-azul” (recém-nascido saudável branco – justamente o que falta nos abrigos públicos locais [Gailey, 1999]), mas também porque a distância ajuda a diminuir preocupações quanto à eventual “volta” da mãe de nascimento. Esses analistas aventam a possibilidade de que as várias atividades promovidas pelas famílias adotivas para celebrar o país original de seu filho são subterfúgios inconscientes para desviar atenção para longe das pessoas reais e das conexões concretas da vida pré-adotiva da criança (Anagnost, 2000; Ouellette e

Belleau, 2001, p. 27). Por conseguinte, pais adotivos que tinham se investido com tanto entusiasmo nos cursos de língua, nos dias de cultura, e mesma na busca das origens do filho ou da filha, ou mesmo do contato com a família de nascimento destes, passaram a suspeitar que talvez estivessem se precipitando, impondo uma “cultura predeterminada” às suas crianças (Howell, 2004; Kendall, 2005; Volkman, 2005a).

As dúvidas surgiram em grande parte por causa da evidente exasperação dos adotados em relação à enxurrada de livros e artigos escritos **sobre** eles. Estes passaram a perguntar com certa insistência por que seus pais (adotivos) não paravam de falar e escrever sobre aquilo que imaginavam ser os problemas de seus filhos, ao invés de “simplesmente [...] escutar” (Volkman, 2005b, p. 8). Yngvesson (2010) traz depoimentos particularmente eloquentes de jovens suecos adotados na infância de países como China, Etiópia ou Colômbia que relatam a experiência incômoda de ser uma sueca ou um sueco que destoa do estereótipo nacional do loiro de olhos azuis. A Suécia, tal como outros países do “Norte”, encoraja a vinda de adotados de origem estrangeira enquanto seguem erguendo obstáculos à chegada de imigrantes das mesmas regiões que produzem os adotados. A ironia dessa situação é percebida por muitos adotados que, à medida que crescem e se tornam jovens adultos, são cada vez mais divididos entre, por um lado, sua identificação com seus colegas imigrantes e, por outro, sua necessidade de estar à altura da expectativa de ser “cem por cento normais”, isto é, iguais aos que nasceram na família e na nação adotivas. Seus sentimentos ambivalentes, exacerbados pela distância entre seus esforços de identidade pessoal e a maneira com que outras pessoas tendem a identificá-los, revelam uma “história complexa de movimentos entre locais (temporários) do desejo que são moldados por hegemonias raciais, sanguíneas, e nacionais” (Yngvesson, 2010, p. 163).

Questões ainda mais desafiadoras surgem quando adotados, em “viagens às raízes”, retornam aos países em que nasceram. O que Yngvesson (2010, p. 150) chama de “o jogo duro” da diferença inicia quando o adotado encontra seus parentes e é obrigado a intermediar “duas humanidades que parecem incomensuráveis, a humanidade da carência e aquela do ‘consumo’, a humanidade do subdesenvolvimento e aquela do hiperdesenvolvimento”. As histórias comoventes de retorno ao país de origem, de encontro com a família de nascimento, e os dilemas

que seguem a esses episódios destoam das tão-sonhadas “fantasias de reparação”, sublinhando os dilemas angustiantes enfrentados por todos envolvidos.

Vozes “nativas” com destaque à violência estrutural

Com as grandes levas de adoção internacional já há décadas no passado, é evidente que muitos adotados já se tornaram analistas dos processos que envolvem trajetórias como as suas. Não é particularmente surpreendente que, junto com a contribuição dessa nova geração de pesquisadores-nativos, o tom crítico se acirra. No plano pessoal, esses pesquisadores questionam a insistência dos pais adotivos em atribuir aos seus filhos **uma** identidade **fixa**. Ilustrando seus argumentos com o que um pesquisador denominou uma “autobiografia multigeracional e transindividual” (Xing apud Kim, 2005, p. 60), reforçam noções dinâmicas de subjetividade. Ao mesmo tempo, são igualmente críticos diante dos esforços de seus países de origem em “acolhê-los” de volta. (Kim (2005, p. 64), etnografando um encontro de adotados (principalmente norte-americanos) promovido pelo governo sul-coreano, descreve uma irônica “desidentificação entre a retórica do estado sul-coreano e a experiência vivida dos adotados que se sentiam desconectados, estrangeiros culturais e ontologicamente deslocados na Coreia do Sul”.

Contudo, a perspectiva crítica dessa geração também aborda questões amplas sobre a desigualdade estrutural e racismo: como, em particular, o deslocamento de crianças reflete e reforça noções de diferença e hierarquia entre as nações. Hubinette (2006), enfocando o país em que ele nasceu – a Coreia do Sul, campeão mundial no fornecimento de crianças adotadas –, faz clara demonstração de como as políticas sul-coreanas de adoção transnacional são entrelaçadas às mudanças de governo, às batalhas ideológicas da Guerra Fria, às turbulências econômicas da modernização e às ansiedades da identidade nacional provocadas pelos processos da globalização. Na sua análise, procura saber como os sul-coreanos têm sido afetados por décadas de um “fluxo unilateral, espasmódico e desigual”, para fora do país, de crianças adotadas⁶.

⁶ Apesar das primeiras reações contra a adoção transnacional, a Coreia seguiu durante décadas enviando crianças à Europa e à América do Norte, totalizando, até o final do século XX, mais de 150 mil. Hubinette (2006, p. 16) insiste na centralidade dos Estados Unidos no desencadear desse processo: “os países fornecedores de crianças [...] caem quase todos na esfera de influência americana e têm sido expostos à intervenção militar norte-americana, presença

Debruçando-se sobre textos da cultura popular (novelas, cinema e outras representações ficcionais) Hubinette descobre um corpus literário que faz clara contraste às histórias midiáticas otimistas sobre adotados bem-sucedidos que prosperaram nos seus países adotivos. Descrevem, antes, cenas de tragédia, vergonha, ambivalência e ansiedade. À luz da experiência dos últimos cem anos -- de exploração colonialista, guerra civil, emigração de mão de obra barata e deslocamentos arbitrários, a “família separada” se torna um fenômeno corriqueiro. O sul-coreano que consome esses textos populares se imagina facilmente como “órfão” ou “exilado”, tendo perdido tudo (nome, país e linguagem) e buscando suas raízes⁷.

Entretanto, tal como outros traumas nacionais que ameaçariam perturbar a autoimagem de uma próspera nação -- o das “mulheres de conforto” forçadas a acompanhar as tropas japonesas durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, ou o das moças enviadas ao estrangeiro como noivas encomendadas por correio (igual em número às crianças adotadas) – a adoção transnacional é raramente comentada.

O depoimento pessoal de outro pesquisador representando um lugar muito diferente – o das mães adotivas – converge curiosamente para as mesmas conclusões de Hubinette. Trata-se de Laura Briggs, que se auto-identifica como branca, lésbica e (como professora universitária) com certo poder aquisitivo. Conta como, junto com sua parceira de então, Briggs acolhia uma adolescente méxico-americana quando, em 1997, o Congresso Americano aprovou o Ato de Adoção e Família Segura (ASFA). Pressionadas pelos serviços de atendimento que passavam por cima das dúvidas do trabalhador social responsável, assim como das reticências da própria jovem, as duas mães de acolhimento foram obrigadas a realizar uma adoção formal da pre-adolescente. Até então a menina tinha mantido contato esporádico com suas duas famílias – os parentes de sua família original e as mães de acolhimento. Depois da adoção, os conflitos familiares se acirraram. Em primeiro lugar, as mães tiveram que resolver qual delas seria a mãe legal, já que pela lei do estado, só uma mulher podia constar na certidão de nascimento da filha. Mas, ainda mais sério, a menina não aceitava a ideia de romper os laços oficiais com seus parentes da família

ou ocupação [...]”.

⁷ Uma aspiração melancólica por reunificação (da família e do país) é evidente não apenas nos enredos ficcionais, mas também nos bancos de dados de DNA, montados para rastrear conexões familiares entre pessoas do Norte e do Sul do país.

original. Os sérios e custosos problemas de saúde que a menina sofreu depois (e talvez por causa) da adoção provocavam ainda novas tensões – essa vez financeiras, pois ela tinha perdido todo direito ao sistema estatal de saúde.

Clinton promovera o ASFA com uma retórica solidária e progressista. Todos, inclusive solteiros, homossexuais, famílias negras e de baixa renda, foram conclamados a oferecer um lar adotivo para uma criança dos abrigos públicos. Dessa maneira, ao mesmo tempo que, ostensivamente, corrigia-se o moralismo excessivo das intervenções do Estado de Bem-Estar Social, ampliando o leque de famílias aceitáveis, o neoliberalismo lograva privatizar o cuidado, situado agora nas (mais variadas) famílias (id., *ibid.*, p. 262). Briggs se deu conta, em retrospecto, que a agressividade da política americana de adoção veio nos calcanhares de cortes dramáticos dos auxílios federais previstos para mães sozinhas. A transformação forçada de crianças acolhidas em crianças adotadas serviu como “válvula de escape”, permitindo que o serviço público se desonere da enxurrada de crianças pauperizadas pela nova política econômica (id., *ibid.*, p. 264). Na pressa de achar uma solução pelo problema de crianças “padecendo” no sistema público de atendimento, não só os problemas das famílias originais (que fossem afro-americanas, indígenas, imigrantes ou simplesmente pobres), mas também as garantias do bem-estar da própria criança ficavam em segundo plano. O drama pessoal vivido pela pesquisadora aparece aqui “não como um evento midiático ou mesmo uma decisão privada, familiar e, sim, como [uma prática] profundamente entranhada nas políticas de raça e pobreza, gênero e sexualidade, e relações [interétnicas] e economias internacionais” (id., *ibid.*, p. 5).

Rumos do futuro: os limites do humanitarismo

Ao reconhecer a imbricação das práticas adotivas dentro de situações históricas concretas, também passamos a apreciar como as próprias narrativas adquirem nuances particulares, conforme as novas circunstâncias. Cartwright (2005) lança mão de fontes midiáticas para estudar os “órfãos sociais” produzidos pela queda do regime de Ceaucescu na Romênia. Até então, conforme essa autora, o campo da adoção internacional tinha sido dominado pela “política da pena”. Telespectadores, mobilizados por um “sofrimento a distância”, doavam

dinheiro e apoio moral a causas humanitárias envolvendo vítimas anônimas do outro lado do mundo. Mas, à medida que as possibilidades de adoção transnacional avançavam, esse “humanitarismo a distância”, provocado por imagens na mídia, passou a apresentar possibilidades reais de trazer essas crianças necessitadas para casa. Com o colapso do governo romeno, criou-se uma espécie de debilitação de fronteiras, permitindo que telespectadores fossem atrás de crianças específicas que tinham visto em cenas videofilmadas.

O problema é que, pela primeira vez, a mídia passou a retratar a fase subsequente a esses “resgates”, quando os adotantes, de volta nas suas casas, passaram a enfrentar grandes dificuldades de relacionamento com seu novo filho. Com mistura de medo e indignação (que, em alguns casos, levaram à devolução da criança), esses pais adotivos contavam como mediadores (jornalistas, agências de adoção etc.) teriam abusado de sua boa-fé, induzindo-os a acolherem crianças seriamente perturbadas. Agora, os espectadores, perplexos, estavam deslocando sua compaixão das crianças necessitadas para os próprios pais adotivos.

Como aponta Cartwright, a publicidade dada a esses episódios “anti-humanistas” – envolvendo a possível negação da narrativa do resgate – teria sido “impensável, irrepresentável” poucos anos antes. Não se deve esquecer de que a adoção transnacional surgiu numa época em que, devido a situações caóticas ou repressoras, havia pouco controle governamental sobre o êxodo de crianças. Nessas situações é que apareciam com mais frequência crianças na primeira infância relativamente em boa saúde⁸. O dilema colocado pelos “órfãos” romenos marcou uma virada nessa história com implicações mistas. Por um lado, alguns pais em potencial desistiram de seu projeto adotivo ou redirecionaram sua busca para territórios com crianças mais “garantidas”. Por outro, entre pais adotantes, agências e profissionais médicos, surgiu uma espécie de “política da consternação” em oposição à corrente “anti-humanista”. Estes, aceitando o desafio do acolhimento de crianças portadoras de necessidades especiais, forjaram alianças transnacionais voltadas à intervenção terapêutica para crianças consideradas vítimas de “trauma pós-institucional”.

⁸ Vide as sequelas da guerra civil guatemalteca (Briggs, 2012; Briggs e Marre, 2009) ou das medidas repressoras de controle populacional na China. Ambos contextos produziram uma quantidade de crianças adotáveis com perfil altamente valorizado no mercado de adoção.

Atualmente, mesmo em situações onde não há guerra e a máquina governamental funciona normalmente, a maior parte das crianças disponibilizadas vem de contextos problemáticos de extrema pobreza e frequentemente passaram tempo em abrigos institucionais. Uma vez que a maioria das legislações nacionais e internacionais dá prioridade à adoção **doméstica**, as crianças disponíveis à adoção transnacional são as que foram preteridas pelos adotantes locais. Não é de se surpreender, portanto, que, tal como as crianças morenas, muitas são mais velhas, algumas passaram por períodos de abuso, negligência, ou institucionalização e podem ter dificuldades na transição a uma família adotiva em circunstâncias completamente novas.

Há tempos, antropólogos vêm criticando o modelo “como se” da família adotiva – o esforço de reproduzir o que se percebe como normalidade biológica, “como se” a criança adotada tivesse nascido na família (Modell, 2002). Esse questionamento se aprofunda ainda mais no caso de crianças portadoras de necessidades especiais. A pesquisa de Stryker leva a considerar a possibilidade de que estas crianças precisam menos de se sentir “100% normais”, e mais de ter as suas diferenças reconhecidas – diferenças que não estão situadas simplesmente em fatores biológicos, nem da psicologia individual, mas na esfera das trajetórias sociais, culturais e políticas, nas quais o país “acolhedor” é profundamente implicado.

Tais considerações aparecem pouco nas políticas cunhadas por famílias adotivas e nos serviços de adoção para acolher os adotados. Hubinette (2006, p. 6) sugere que, nos seus esforços para rejeitar preconceitos de classe e de raça, esses serviços tendem a negar a dimensão diferencial da biografia da criança. Ao fazer isso, isolam a pessoa adotada, obrigando-a a elaborar seus problemas em bases individuais. Seus desvios problemáticos são diagnosticados, medicados e explicados por uma combinação de fatores pré-adotivos e genéticos, como se fosse inimaginável ter outra causa já que estão se beneficiando de todas as benesses da civilização ocidental.

O que esses serviços não parecem acatar facilmente (e o que os analistas voltam a sublinhar com insistência) é a ideia de que o processo adotivo envolve mais do que o resgate humanitário de uma criança abandonada. Envolve mais do que uma decisão familiar ou uma solução para o bem-estar de uma criança isolada. A adoção (nacional e transnacional) serve como uma janela para contemplar problemas de alteridade inerentes às desigualdades estruturais da própria “civilização ocidental”.

O tom de engajamento que permeia os textos acadêmicos da última geração é inegável. Estes trazem uma visão claramente alternativa à da literatura de autoajuda escrita por e para pais adotivos. Com a exceção de Hubinette (2006), nenhum pesquisador se posiciona frontalmente contra a adoção, mas todos insistem na importância do reconhecimento da “diferença” dos adotados: reconhecimento das condições sociais e políticas que deram ensejo à adoção, reconhecimento da existência de “outros significantes” anteriores à adoção, reconhecimento dos preconceitos – de classe e de raça – que assombram o adotado até mesmo em suas novas e ricas circunstâncias de vida – em suma, reconhecimento de que a relação adotiva não é simples e merece uma reflexão demorada. Ao se confrontarem com essas “diferenças” destacadas pela presença do filho adotivo e através das quais o jovem continuará navegando em sua vida adulta, é que as famílias e instituições propondo “salvar órfãos” fazem um passo inicial para enfrentar os desafios da desigualdade, racismo e situações pós-coloniais da sociedade globalizada em que vivem.

Bibliografia

ABREU, Domingo (2002). *No bico da cegonha: por uma sociologia da adoção no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

_____. (2009). “Baby-bearing storks: Brazilian intermediaries in the adoption process”. In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press. p. 138-153.

ANAGNOST, A. (2000). “Scenes of misrecognition: maternal citizenship in the age of transnational adoption”. *Positions: East Asia cultures critique*, v. 8, n. 2, p. 389-421.

BARTHOLET, Elizabeth (1999). *Nobody’s children: abuse and neglect, foster drift, and the adoption alternative*. Boston: Beacon Press.

BRIGGS, Laura (2006). “Adopción transnacional: robo de criaturas, familias homoparentales y neoliberalismo”. *Debate feminista*, Ciudad de Mexico, v. 17, n. 33, p. 46-68.

_____. (2012). *Somebody’s children: the politics of transracial and transnational adoption*. Durham/London: Duke University Press.

BRIGGS, Laura; MARRE, Diana (2009). "Introduction: The circulation of children". In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York, University Press.

CARDARELLO, Andréa Daniella Lamas (2007). *Trafic légal d'enfants: la formation d'un mouvement de familles pauvres contre les politiques de l'adoption au Brésil*. Thèse de doctorat, Département d'Anthropologie, Université de Montréal, Québec, Canada.

_____. (2009). "The movement of the mothers of the courthouse square: 'legal child trafficking', adoption and poverty in Brazil". *Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, v. 14, n. 1, p. 140-161.

CARTWRIGHT, Lisa (2005). "Images of 'waiting children': spectatorship and pity in the representation of the global social orphan in the 1900s". In: VOLKMAN, T. A. (ed.). *Cultures of transnational adoption*. Durham/London: Duke University Press.

COLEN, Shellee (1995). "'Like a mother to them': stratified reproduction and West Indian childcare workers and employers in New York". In: GINSBURG, F. D.; RAPP, R. (eds.). *Conceiving the new world order: the global politics of reproduction*. Berkeley: University of California Press. p. 78-102.

DEVILLARD, María José et al. (2001). *Los niños españoles en la URSS (1937-1977)*. Barcelona: Ariel.

DUBINSKY, Karen (2010). *Babies without borders: adoption and migration across the Americas*. Toronto: University of Toronto Press.

ESTRADA IGUÍNIZ, M. (2009). "Ejercicio de los roles parentales en un contexto de emigración entre México y Estados Unidos". *Revista de Antropología Social, Madrid*, n. 18, p. 221-234.

FASSIN, Didier. 2012. *Humanitarian Reason*. Berkeley: Univ. Of California Press.

FERREIRA, Mariana K. (2000). "De puro-sangue, meia-raça e lixo-branco: os internatos para índios e o sistema penal nos Estados Unidos". In: DEBERT, G. B.; GOLSTEIN, D. M. (orgs.). *Políticas do corpo e o curso da vida*. São Paulo: Ed. Sumaré.

FINE, Agnès (2009). "Des retrouvailles peu ordinaires". In: MARTRE-MICALEFF, D. *Mon enfant en terre lointains: une adoption ouverte*. Toulouse: Ed. Privat.

FONSECA, Cláudia. (2006). "Uma virada imprevista: o 'fim' da adoção internacional no Brasil". *Dados*, Rio de Janeiro, v. 49, n.1, p. 41-66.

_____. (2007). "Desigualdades cerca y lejos: adopción internacional desde la perspectiva de las favelas brasileñas". In: RODRÍGUEZ, Pablo; MANNARELLI, Maria Emma. *Historia de la infancia en América Latina*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia. p. 503-534.

_____. (2009). "Family belonging and class hierarchy: secrecy, rupture and inequality as seen through the narratives of Brazilian". *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, Arlington, v. 14, n. 1, p. 92-114.

_____. (2011). "The de-kinning of birthmothers – reflections on maternity and being human". *Vibrant (revista online da Associação Brasileira de Antropologia)*, v. 8, n. 2, p. 307-339.

34

FONSECA, C. et al. (2012). "El 'superior interés del menor' revisitado". *Scripta Nova: Revista de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. XVI, n. 395 (número extraordinario).

GAILEY, Christine (1999). "Seeking 'baby right': race, class, and gender in US international adoption". In: HARRIS, M. Jonathan; OPPENHEIMER, Deborah (2000). *Into the arms of strangers: stories of the kindertransport*. New York: Bloomsbury.

HÖGBACKA, R. (2010). "Transnational adoption and the exclusivity and inclusivity of families". In: JALLINOJA, R.; WIDMER, E. (eds). *Families and kinship in contemporary Europe: rules and practices of relatedness*. New York: Palgrave Macmillan.

HOWELL, S. (2004). *The backpackers that come to stay: new challenges to Norwegian transnational adoptive families*. In: BOWIE, F. (ed.). *Cross-cultural approaches to adoption*. New York: Routledge.

_____. (2006). *The kinning of foreigners: traditional adoption in a global perspective*. New York/Oxford: Berghahn Books.

_____. (2009a). "Adoption of the unrelated child: some challenges to the anthropological study of kinship". *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, n. 38, p. 149-166.

_____. (2009b). "Return journeys and the search for roots: contradictory values concerning identity". In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press.

HUBINETTE, T. (2006). *Comforting an orphaned nation: representations of international adoption and adopted Koreans in Korean popular culture*. Seoul: Jimoondang.

INTERNATIONAL SOCIAL SERVICE, ISS, (2005). *Evaluation of the practical operation of the Hague Convention of 9 May 1993 on Protection of children and co-operation in respect of inter-country adoption (for the attention of the Special Commission invited in September 2005 by the Permanent Bureau of the Hague Convention)*. Disponível em: <<http://www.iss-ssi.org/2009/assets/files/practices/evaluation%20hague%20convention.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

JOHNSON, K. A. (2004). *Wanting a daughter, needing a son: abandonment, adoption, and orphanage care in China*. Saint Paul: Yeong & Yeong Book Company.

KENDALL, L. (2005). "Birth mothers and imaginary lives". In: VOLKMAN, T. A. (ed.). *Cultures of transnational adoption*. Durham/London: Duke University Press.

KHABIBULLINA, L. (2009). "International adoption in Russia: 'market', 'children for organs', and 'precious' or 'bad' genes". In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press. p. 174-189.

KIM, E. (2005). "Wedding citizenship and culture: Korean adoptees and the global family of Korea". In: VOLKMAN, T. A. (ed.). *Cultures of transnational adoption*. Durham/London: Duke University Press.

LEINAWEAVER, J. (2009). "Kinship into the Peruvian adoption office: reproducing families, producing the State". *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, Arlington, v. 14, n. 1, p. 44-67.

LOBO, Andréa (2011). "'Making families': child mobility and familiar organization in Cape Verde". *Vibrant (revista on-line da Associação Brasileira de Antropologia)*, v. 8, n. 2, p. 197-219.

MARRE, D. (2009). "'We do not have immigrant children at this school, we just have children adopted from abroad': flexible understandings of children's 'origins'". In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press.

_____. (2010). "Entre el 'superior interés del menor' y el 'derecho al hijo' de las familias: los dilemas de la adopción en España". In: VILLALTA, Carla (coord.). *Infancia, justicia y derechos humanos*. Buenos Aires: Universidad de Quilmes. p. 135-162.

MARRE, Diana; BRIGGS, Laura (eds.). (2009). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press.

MODELL, J. S. (1994). *Kinship with strangers: adoption and interpretations of kinship in American culture*. Berkeley: University of California Press.

_____. (1998). "Rights to the children: foster care and social reproduction in Hawaii". In: FRANKLIN, S.;

OUELLETTE, Françoise-Romaine; BELLEAU, Héléne (2001). *Family and social integration of children adopted internationally: a review of the literature*. Montreal: INRS-Université du Québec.

PANTER-BRICK, Catherine; SMITH, Malcolm T. (orgs.) (2000). *Abandoned children*. Cambridge: Cambridge University Press.

PARKER, Roy (2010). *Uprooted: the shipment of poor children to Canada, 1867-1917*. Portland: The Policy Press.

REGUEIRO, Sabina Amantze (2010). "Análisis genético para la identificación de niños apropiados: construcción política y científica de la 'naturaleza' y el parentesco". *Revista de Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 18, n. 1, p.11-32.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt (2011). "Lealdades, silêncios e conflitos: ser um dos 'grandes' num abrigo para famílias". *Civitas, Porto Alegre*, v. 11, n. 1, p. 40-55.

ROBERTS, D. (2002). *Shattered bonds: the color of child welfare*. New York: Basic Civitas Books.

SCHACHTER [Modell], J. (2009). "International adoption: lessons from Hawaii". In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press.

SELIGMANN, L. (2009). "The cultural and the political economies of adoption practices in Andean Peru and the United States". *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology, Arlington*, v. 14, n. 1, p. 115-139.

SELMAN, P. (2004). "Adoption: a cure for (too) many ills?". In: BOWIE, F. (ed.). *Cross-cultural approaches to adoption*. New York: Routledge.

_____. (2009). "The movement of children for international adoption: developments and trends in receiving States and States of origin, 1998-2004". In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press.

SOLINGER, R. (2001). *Beggars and choosers: how the politics of choice shapes adoption, abortion, and welfare in the United States*. New York: Hill and Wang.

STACK, C. (1974). *All our kin*. New York: Basic Books.

STEPHENS, S. (ed.) (1995). *Children and the politics of culture*. Princeton: Princeton University Press.

STRYKER, R. (2010). *The road to Evergreen: adoption, attachment therapy, and the promise of family*. New York: Cornell University Press.

TARDUCCI, Monica (2011). *La adopción: una aproximación desde la Antropología del parentesco*. Buenos Aires: Librería de Mujeres Ed.

TERRELL, J.; MODELL, J. (1994). "Anthropology and adoption". *American Anthropologist*, New Series, Arlington, v. 96, n. 1, p. 155-161.

TREIDE, D. (2004). "Adoptions in Micronesia: past and present". In: BOWIE, F. (ed.). *Cross-cultural approaches to adoption*. New York: Routledge.

UZIEL, Ana Paula (2007). *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond.

VAN VLEET, K. E. (2008). *Performing kinship: narrative, gender, and the intimacies of power in the Andes*. Austin: University of Texas Press.

_____. (2009). "'We had already come to love her': adoption at the margins of the Bolivian State". *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, Arlington, v. 14, n. 1, p. 20-43.

VIANNA, Adriana (2002). *Limites da menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. Tese de doutorado em Antropologia, Museu Nacional, PPGAS-UFRJ, Rio de Janeiro.

VILLALTA, C. (2011). "Entregas, adopciones y dilemas en el campo de organismos destinados a la infancia". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 103-123.

_____. (2012). *Entregas e y secuestros: el rol des estado en la apropiación de niños*. Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales.

VOLKMAN, T. A. (2005a). "Embodying Chinese culture: transnational adoption in North America". In: VOLKMAN, T. A. (ed.). *Cultures of transnational adoption*. Durham/London: Duke University Press.

_____. (2005b). "Introduction: New geographies of kinship". In: VOLKMAN, T. A. (ed.). *Cultures of transnational adoption*. Durham/London: Duke University Press.

_____. (2009). "Seeking sisters: twinship and kinship in an age of internet miracles and DNA technologies". In: MARRE, D.; BRIGGS, L. (eds.). *International adoption: global inequalities and the circulation of children*. New York: New York University Press.

VOUTIRA, Eftihia; BROUSKOU, Aigli (2000). "'Borrowed children' in the Greek civil war". In: PANTER-BRICK, C.; SMITH, M. T. (orgs.). *Abandoned children*. Cambridge: Cambridge University Press.

WANG, Diana (2008). *Los niños escondidos del holocausto a Buenos Aires*. Buenos Aires: Marea.

YNGVESSON, B. (2010). *Belonging in an adopted world: race, identity, and transnational adoption*. Chicago: University of Chicago Press.

ZELIZER, V. (1985). *Pricing the priceless child: the changing social values of children*. New York: Basic Books.